



RELATÓRIO E CONTAS 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento do mandato que nos foi conferido e nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, submetemos à consideração de V. Ex.as o presente Relatório de Gestão da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas (FPAS), prestando a devida informação sobre a situação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O presente Relatório de Gestão foi elaborado para suporte das contas apresentadas pela Direção, devendo ser lido em conjunto com o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, respeitantes ao exercício findo naquela data, bem como com as notas anexas às demonstrações financeiras.

A. ANÁLISE DA ATIVIDADE DESPORTIVA E PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

1. ATIVIDADES REGULARES

No âmbito das modalidades desportivas subaquáticas, o calendário das atividades regulares cumpriu o plano de atividades proposto para os eventos nacionais. Encontram-se atualmente ativas as seguintes modalidades desportivas: Fotografia e Vídeo Subaquático, Mergulho em Apneia, Pesca Submarina, Mergulho Desportivo, Tiro Subaquático e Hóquei Subaquático.

2. REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2025 foi um ano de consolidação regulamentar, tendo o modelo implementado nos exercícios anteriores prosseguido com normalidade e estabilidade. A realização de reuniões de clubes por modalidade revelou-se um modelo de funcionamento eficaz, de fácil aceitação e execução, assegurando um método participativo e transparente de propostas e votação para a alteração dos regulamentos e dos critérios de seleções nacionais para a época seguinte.

Foi igualmente implementado no Portal da FPAS um sistema de candidaturas à organização de eventos, assente em critérios de sustentabilidade e transparência, que contribuirá para a melhoria dos procedimentos internos de reporte de atividades em 2026.

3. ARBITRAGEM

Ao nível da arbitragem, foram mantidas as tabelas de honorários dos oficiais técnicos, tendo sido definido que esses valores seriam atribuídos sob a forma de comparticipação de apoio às entidades organizadoras dos eventos. As despesas dos delegados técnicos e dos diretores técnicos nacionais continuam a ser integralmente suportadas pelo orçamento da FPAS.

No Portal da FPAS, foi implementado um sistema de certificação digital de todos os oficiais técnicos, complementado por um sistema de avaliação e controlo de qualidade que permite a sua apreciação em todos os eventos em que participem. Este sistema disponibiliza uma base de dados pública, atualizada em tempo real, de todos os oficiais técnicos credenciados.

4. ASSOCIAÇÕES

A organização das modalidades através de associações territoriais e associações nacionais de modalidade confere às diversas comunidades de praticantes uma maior flexibilidade na gestão dos recursos humanos e financeiros afetos ao plano de atividades de 2026.

A existência destas estruturas permitirá uma gestão mais eficiente de patrocinadores, a criação de equipas dedicadas à organização de eventos desportivos e a implementação de um modelo de apoio financeiro que possibilitará o apoio direto às entidades filiadas nas regiões e modalidades que representam.

No Portal da FPAS, foi desenvolvido um novo sistema de divisão de financiamento e licenciamento das atividades subaquáticas. As quotizações das filiações encontram-se agora organizadas por regiões, sendo as quotizações correspondentes a cada região distribuídas diretamente às respetivas associações territoriais. As licenças de modalidade correspondem às quotizações atribuídas a cada associação de modalidade.

No plano das Associações Territoriais, a FPAS envidará todos os esforços para constituir, durante o ano de 2026, as associações territoriais do Centro, do Sul e da Região Autónoma dos Açores.

No plano das Associações de Modalidade, foi já constituída a Associação Nacional de Pesca Submarina e Tiro Subaquático, estando ainda prevista para 2026 a constituição da Associação Nacional de Hóquei Subaquático.

5. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A formação de recursos humanos prosseguirá com a realização de ações de formação inicial e contínua de treinadores, árbitros e juizes, sendo a formação inicial de treinadores de Grau 2 o principal foco de 2026.

A formação de dirigentes e atletas continuará a integrar conteúdos formativos nas áreas da ética desportiva, prevenção da violência no desporto e luta contra a dopagem.

No âmbito das parcerias com o Desporto Escolar, a FPAS manterá a sua participação nos planos de formação dos Centros de Formação Náutica do Desporto Escolar, bem como na formação de professores.

6. EVENTOS INTERNACIONAIS

Em 2025, a FPAS organizou com assinalável sucesso a Taça do Mundo de Fotografia e Vídeo Subaquático, contribuindo para a afirmação da Região Autónoma da Madeira como um dos melhores destinos de mergulho da Europa. Em 2026, está prevista a repetição da organização deste evento, com a perspetiva de se propor a organização de um evento CMAS de Categoria A em 2027 ou 2028.

7. ACADEMIAS NACIONAIS

A FPAS consolidou e alargou a rede nacional das Academias Nacionais de Atividades Subaquáticas. Encontram-se atualmente formalmente constituídas as seguintes Academias:

- **Academia Nacional de Atividades Subaquáticas – Algarve**, protocolada com a Universidade do Algarve;
- **Academia Nacional de Atividades Subaquáticas – Lisboa**, protocolada com o Centro Português de Atividades Subaquáticas;
- **Academia Nacional de Atividades Subaquáticas – Peniche**, protocolada com o Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar;
- **Academia Nacional de Atividades Subaquáticas – Vila Real**, protocolada com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Durante o ano de 2026, é intenção da FPAS constituir novas Academias de Atividades Subaquáticas em parceria com a Universidade de Lisboa, a Universidade de Évora, a Universidade da Madeira e a Universidade do Porto.

Para Lisboa, está em curso um plano de desenvolvimento que visa agregar, no espaço do Centro Português de Atividades Subaquáticas, a parceria com a Universidade de Lisboa.

No Norte do país, está ainda prevista a constituição, em 2026, de uma Academia Nacional orientada para a formação e prática regular de mergulho recreativo por pessoas com deficiência.

8. CMAS PORTUGAL

No que respeita ao Sistema de Formação de Mergulho da CMAS, foi lançada uma nova plataforma internacional no início de 2025, o que exigiu da FPAS um esforço significativo de migração de todas as bases de dados e processos administrativos para esta nova realidade. O processo de migração encontra-se ainda dependente da implementação de algumas funcionalidades, que serão apresentadas na Assembleia Geral da CMAS, nos dias 18 e 19 de abril. A conclusão desta implementação permitirá que a plataforma nacional da CMAS Portugal estabeleça uma ligação automática e direta com a plataforma da CMAS Internacional.

Em 2026, será organizado um Congresso Nacional da CMAS Portugal, dirigido a todos os instrutores CMAS em atividade no país, com os objetivos de definir os novos membros dos Comités Técnicos e de promover ações de formação sobre a atualização de standards, programas, materiais pedagógicos, portal e sistema de certificação, dando por concluído o período de transição da CMAS Portugal.

9. PARCERIAS EM PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO

Na área da investigação científica, a FPAS manterá as parcerias estabelecidas com instituições de ensino superior e centros de investigação que utilizam regularmente as embarcações e equipamentos da Federação. Estas parcerias serão progressivamente integradas nas atividades das Academias Nacionais.

10. MERGULHO CIENTÍFICO

Ao nível do Conselho Nacional do Mergulho Científico, a FPAS dará continuidade, em junho, ao trabalho desenvolvido com a Associação Portuguesa de Mergulhadores Científicos, com vista ao alinhamento dos respetivos estatutos e regulamentos internos com os estatutos da FPAS, de modo a que esta associação se constitua formalmente como a Associação de Classe representativa das entidades, instrutores e mergulhadores científicos em Portugal.

Os standards ISO aprovados em 2025 estão a servir de referência para a elaboração das normas nacionais no âmbito do Instituto Português da Qualidade (IPQ), no qual a FPAS coordena o grupo de trabalho responsável por esta iniciativa.

Contas do exercício de 2025 - Relatório Técnico

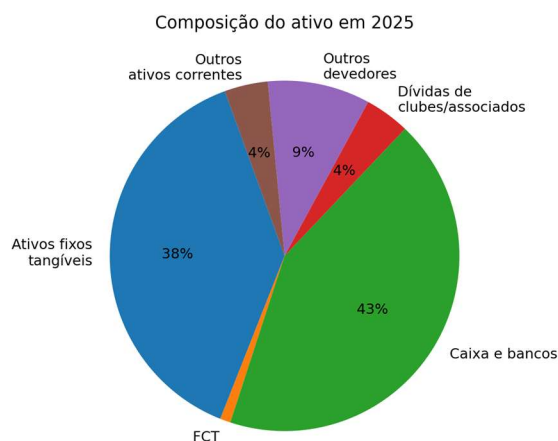
Balanço Analítico:

O Balanço da Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas (FPAS) ascendia, à data de 31 de dezembro de 2025, a um total de 43.551,40 € (2024: 78.411,68 €).

Os ativos fixos tangíveis da Federação alcançavam, naquela data, um montante líquido de 16.744,71 €, cujo peso percentual no ativo de Balanço é de 45% (2024: 48%).

Os ativos não correntes da FPTAC incluem ainda as contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no valor acumulado de 422,30 € (2024: 422,30 €), as quais se encontram registadas como investimentos financeiros.

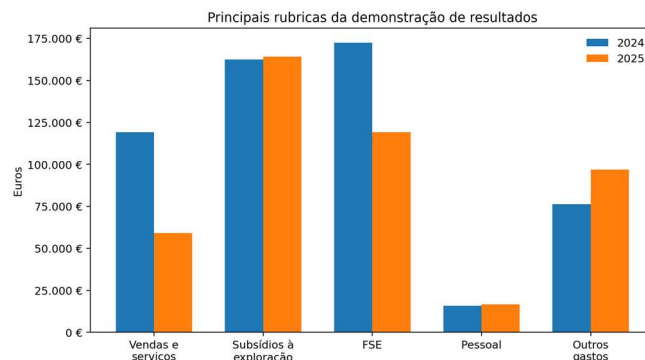
Os ativos correntes da Federação alcançavam, naquela data, um montante global de 26.384,39 € (2024: 40.076,98 €), cujo peso percentual no ativo de Balanço é de 61%, sendo representado essencialmente pelas disponibilidades/meios monetários registados em caixa e bancos (18.697,71 €), e por outros ativos correntes, os quais incluem as dívidas de clubes e associados (1.811,04 €) e de outros devedores (4.123,72 €).



No ano de 2025, o passivo sofreu um acréscimo face ao ano anterior, ascendendo no final do exercício a 14.442,25 € (2024: 19.634,47 €), o que representa uma diminuição de 26%, e diz respeito, fundamentalmente, aos valores a liquidar aos fornecedores.

Deste modo, em 31 de dezembro de 2025 o total dos Fundos Patrimoniais da Federação ascendem a 29.109,15 €, os quais estão afetados pelo resultado líquido negativo do exercício, no valor de 14.806,09 € (2024: 10.752,78 €), e pela imputação de subsídios para investimento no valor de 7.500 €.

Demonstração de Resultados:



As Vendas e as prestações de serviços, compostas pelos rendimentos associativos e de filiação, ascenderam no ano de 2025 a um valor de 59.123,50 € (2024: 119.227,83 €). Esta redução deveu-se fundamentalmente à organização em 2024 do CMAS Sports Diving World senior and junior Championship.

Os Subsídios à exploração registaram um valor de 164.103,00 € (2024: 162.450,50 €), o que representa um ligeiro aumento face ao exercício anterior. Apesar do apoio à organização de eventos internacionais ter reduzido substancialmente, este foi compensado por donativos com o objetivo e apoiar atletas que participam em seleções nacionais.

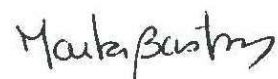
Os Fornecimentos e serviços externos registaram no exercício um valor de 119.241,73 €, o que representa uma redução de 31% em relação ao ano anterior (2024: 172.479,57 €). De salientar que as principais componentes dos gastos respeitam aos trabalhos especializados, no valor de 28.710,42 € (2024: 25.172,24 €) e às despesas de deslocação e estadia, no valor de 28.623,35 € (2024: 88.222,73 €).

Os Gastos com o pessoal ascenderam neste período ao montante de 16.559,77 € (2024: 15.774,08 €).

A rubrica de Outros gastos ascendeu, em 2025, a um montante de 96.878,05 € (2024: 76.295,37 €), o qual representa um acréscimo de cerca de 27% face ao ano anterior, e que resulta do aumento dos gastos de âmbito desportivo, nomeadamente a inscrições em provas, aquisição de troféus, apoio à organização das provas e contribuições a atletas para a participação em provas internacionais.

O resultado líquido do exercício, foi negativo, no montante de 14.806,09 €.

A Contabilista Certificada:



Marta Bastos CC 7723

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em euros)**

1.Introdução

Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas (FPAS), é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, pelo despacho 4860/2012 na 2ª Série de 9 de abril de 2012. Tem a sua sede na Rua do Alto do Lagoal, nº 21 A em Caxias.

Atividade

A Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas, tem por fim principal a promoção, regulamentação e direção da prática desportiva das actividades de Apneia - Competição, Arqueologia Subaquática, Caça Fotográfica, Fotografia Subaquática, Hóquei Subaquático, Mergulho Amador, Mergulho Científico, entre outras actividades Aquáticas.

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 20 de março de 2026, pelo presidente da Direção, João Pedro Ramos José. É entendimento da Direção que as demonstrações financeiras apresentadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da FPAS bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram obtidas a partir dos registos contabilísticos da Federação, os quais foram preparados, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL).

De acordo com a Lei e os Estatutos, as contas agora apresentadas pela Direção são ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), conforme previsto no Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de

junho (o qual república e passa a integrar as matérias do setor não lucrativo no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas interpretativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como dos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expectativas em relação a ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existem, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3. Indicação das contas de balanço e de demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores do balanço e da demonstração dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são na íntegra comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade. Este custo inclui o custo

de aquisição à data de transição para NCRF-ESNL, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, de forma a reintegrarem os ativos durante a sua vida útil.

Classe Ativo Fixo Tangível	Vida Útil
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	5 anos
Equipamento transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	5-7 anos

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas.

Imparidade de Ativos fixos tangíveis e intangíveis:

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos pelas contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e estão mensurados ao respetivo custo de aquisição que corresponde às entregas efetuadas pela FPAS, enquanto entidade empregadora.

As unidades de participação no FCT representam as contribuições obrigatórias relativamente a empregadores que celebrem, após 1 de outubro de 2013, contratos de trabalho regulados pelo Código do Trabalho.

3.3. Créditos a receber

As rubricas de créditos a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respetivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas sempre que existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas de imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em "Ajustamentos de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais de 6 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários, se existirem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.5 Fundos

Na rubrica de Fundos Patrimoniais a conta "Fundos" engloba a acumulação dos resultados líquidos aprovados referentes a cada período de prestação de contas.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A FPAS beneficia de isenção de tributação, em sede de IRC, ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC (CIRC), pelo que as quotas, inscrições e revalidações pagas pelos associados em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários não são sujeitos a IRC.

Contudo, nos termos do número 3 do artigo 11º do CIRC, são excluídos da isenção de IRC os rendimentos provenientes de qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola exercida, ainda que a título acessório, em ligação com as atividades culturais, recreativas e desportivas, nomeadamente os rendimentos provenientes de publicidade, direitos respeitantes a qualquer forma de transmissão, bens imóveis, aplicações financeiras e jogo do bingo.

O rendimento tributável é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das várias categorias sendo, nos termos do n.º 5 do artigo 87.º do CIRC, tributados à taxa de 21%.

3.7. Benefícios aos empregados

A FPAS não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

3.8. Pessoal ao serviço da federação

O número médio de pessoas ao serviço da FPAS foi 1 trabalhador (2024: 1).

3.9. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.10. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo a serviços no decurso normal da atividade da FPAS, sendo originado essencialmente de inscrições, revalidações e taxas sobre competições organizadas sob a égide da FPAS.

Os ganhos com patrocínios e publicidade são reconhecidos de acordo com o período de duração dos respetivos contratos, na rubrica Outros rendimentos e ganhos.

O rédito é registado pelo respetivo valor nominal da operação, líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.11. Subsídio Monetários

Subsídios relacionados com rendimentos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos ao seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e a Federação cumpra com todas as condições para o receber.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima e compensar deficits de exploração de um dado exercício são imputados como rendimentos desse exercício, salvo se destinados a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Os subsídios à exploração obtidos do Instituto Português do Desporto da Juventude (IPDJ) são reconhecidos tendo em consideração o exercício para os quais foram atribuídos. Os subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da FPAS são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a um reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que se seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.12.1. Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades congéneres, tendo em consideração o caráter de determinadas classes de ativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Numerário	30,42	147,17
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>18 667,29</u>	<u>26 403,95</u>
	<u>18 697,71</u>	<u>26 551,12</u>

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

5. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, são os seguintes:

	Equip. básico	Equipa. Transp.	Equip. Administ.	O. Activos F. tangíveis	TOTAL
1 de janeiro 2024					
Custo de aquisição	173 797,29	99 364,62	64 295,64	36 165,40	373 622,95
Depreciações acumuladas	-129 494,52	-93 619,17	-64 295,64	-36 165,53	-323 574,86
Valor Líquido 1 janeiro 2023	44 302,77	5 745,45	0,00	-0,13	50 048,09
Adições	1 771,20		6 128,68	4 081,82	11 981,70
Transferências e abates					0,00
Depreciação - Exercício	-20 067,55	-956,68	-2 042,69	-1 020,46	-24 087,38
Depreciação - trans. e abates					
Valor Líquido 31 dezembro 2024	26 006,42	4 788,77	2 042,69	3 061,23	25 960,71
Custo de aquisição	175 568,49	99 364,62	70 424,32	40 247,22	385 604,65
Depreciações acumuladas	-149 562,07	-94 575,85	-66 338,33	-37 185,99	-347 662,24
Valor Líquido 31 dezembro 2024	26 006,42	4 788,77	4 085,99	3 061,23	37 942,41
1 janeiro 2025					
Custo de aquisição	175 568,49	99 364,62	70 424,32	40 247,22	385 604,65
Depreciações acumuladas	-149 562,07	-94 575,85	-66 338,33	-37 185,99	-347 662,24
Valor Líquido 1 janeiro 2025	26 006,42	4 788,77	4 085,99	3 061,23	37 942,41
Adições					0,00
Transferências e abates					0,00
Depreciação - Exercício	-17 177,86	-956,68	-2 042,69	-1 020,46	-21 197,69
Depreciação - trans. e abates					
Valor Líquido 31 dezembro 2025	8 828,56	3 832,09	2 043,30	2 040,77	37 942,41
Custo de aquisição	175 568,49	99 364,62	70 424,32	40 247,22	385 604,65
Depreciações acumuladas	-166 739,93	-95 532,53	-68 381,02	-38 206,45	-368 859,93
Valor Líquido 31 dezembro 2025	8 828,56	3 832,09	2 043,30	2 040,77	16 744,71

6. Investimentos financeiros

A rubrica de investimentos financeiros diz respeito aos valores entregues, em base mensal, relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no montante de 422,30 euros (2024: 422,30 euros). O FCT é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores.

O FCT é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% da retribuição base mensal do trabalhador.

7. Fundadores/Associados/Membros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os saldos devedores e credores com os Clubes apresentam-se no quadro seguinte:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Associados	1811,04	10,00	3 538,93	-
	<u>1 811,04</u>	<u>10,00</u>	<u>3 538,93</u>	<u>-</u>

8. Outros ativos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os saldos de Outros ativos correntes eram os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Outros devedores:</u>		
Adiantamento de fornecedores	3 223,72	
Instituto Português do Desporto e Juventude	-	8400,00
Outros devedores	900,00	
	<u>4 123,72</u>	<u>8400,00</u>

9. Diferimentos

O detalhe desta rubrica é apresentado como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Seguros	1 751,92 €	-	1 586,93 €	-
	<u>1 751,92 €</u>	<u>-</u>	<u>1 586,93 €</u>	<u>-</u>

10. Fundos patrimoniais

Fundos

A rubrica do Fundo Social engloba a acumulação dos resultados líquidos aprovados referentes a cada período de prestação de contas.

Outras variações nos fundos patrimoniais

A rubrica de outros fundos patrimoniais inclui o subsídio atribuído para investimento no âmbito do Desporto para Todos, com a respetiva imputação a rendimentos de acordo com as taxas de amortização dos bens em questão.

11. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram os seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	2 104,09	-	1 128,65
Contribuições p/ segurança social	-	289,71	-	273,06
Imposto s/ rendimento - IRC		230,36		200,00
Imposto s/ rendimento - IRS	-	355,00	-	50,00
	-	2 979,16	-	1 651,71

Durante os anos de 2025 e de 2024, a Federação não obteve rendimentos comerciais enquadráveis no artigo 11º do Código do IRC pelo que não foi estimado valor de imposto a pagar (IRC).

12. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Outros passivos correntes apresenta os seguintes saldos:

	31/12/2025	31/12/2024
Acréscimos de gastos	5 311,46	2 128,02
Outros credores	1 476,57	1 143,09
	6 788,03	3 271,11

A rubrica "Acréscimos de gastos" inclui as remunerações a liquidar ao trabalhador da Federação referente aos encargos a pagar com férias e subsídio de férias de 2025 a liquidar no exercício de 2026.

13. Rédito

O rédito reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica de "Vendas e prestações de serviços" diz respeito aos rendimentos associativos, nomeadamente as inscrições e revalidações, conforme se detalha:

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos associativos	59 123,50	119 227,83

14. Subsídios, doações e legados à exploração

O detalhe desta rubrica é apresentado como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Instituto Português do Desporto e Juventude		
Atividades regulares	64 000,00	64 000,00
Formação recursos humanos	8 000,00	7 000,00
Provas internacionais	5 850,00	20 557,50
Desporto Para Todos	5 000,00	5 000,00
Outras entidades		
Donativos	62 753,00	37 893,00
Instituto Nacional Reabilitação-Desporto p/ Todos	18 500,00	18 000,00
Município Vila Franca de Xira	-	10 000,00
	<u>164 103,00</u>	<u>162 450,50</u>

Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ):

As verbas recebidas do IPDJ respeitam, essencialmente, aos valores do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, referente ao programa das Atividades Regulares, o qual prevê o financiamento dos projetos de Desenvolvimento da atividade desportiva, das Seleções nacionais e alto rendimento e da Organização e gestão da Federação, no valor global de 64.000,00 euros (2024: 64.000,00).

Na rubrica "Formação de recursos humanos" está registada a comparticipação financeira recebida para a execução do Programa de formação de recursos humanos apresentado pela Federação e que inclui ações de formação a treinadores, a árbitros/juízes, dirigentes e formadores.

Em 2025, a rubrica "Provas internacionais" inclui o apoio financeiro recebido do IPDJ para a organização do 2025 CMS World Cup Underwater Photo e Video.

O contrato programa referente ao Desporto para Todos é tripartido, sendo as duas entidades financiadoras o IPDJ, no valor de 5.000 euros e o INR no valor de 18.500,00 euros.

15. Fornecimento e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhos especializados	28 710,42	25 172,24
Deslocações e estadas	28 623,35	88 222,73
Seguros	14 543,03	14 407,68
Rendas	13 542,21	11 392,45
Energia e outros fluídos	10 119,75	11 006,89
Materiais	7 265,32	5 578,24
Conservação e reparação	4 091,81	3 920,79
Comunicações	3 724,68	3 768,07
Publicidade	2 912,96	1 708,96
Honorários	1 916,60	4 230,90
Limpeza, higiene e conforto	1 303,75	1 098,87
Comissões	1 176,39	1 438,21
Contencioso e notariado	1 050,97	20,91
Serviços Bancários	260,49	512,63
	<u>119 241,73</u>	<u>172 479,57</u>

Em termos globais, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos registou uma redução nos gastos incorridos, em relação ao ano anterior, no valor de 53.237,84 euros (31%), em consequência fundamentalmente da organização, em 2024 do CMAS Sports Diving World senior and junior Championship

A rubrica "Deslocações e Estadas" inclui as despesas suportadas pela FPAS nas deslocações dos órgãos sociais, funcionário e colaboradores para a realização das provas do calendário anual e formações realizadas, ao longo de todo o território nacional, assim como as provas internacionais realizadas em Portugal. Esta rubrica inclui ainda as despesas suportadas pela Federação com a participação de atletas em provas no estrangeiro.

Em "Trabalhos especializados" estão incluídos, essencialmente, os gastos com a organização de provas, nomeadamente a organização de provas nacionais e internacionais realizadas em Portugal, serviços de informática, contabilidade e a revisão legal das contas.

Na rubrica de "Seguros" estão incluídos os gastos com os seguros desportivos dos atletas, os seguros de acidentes pessoais e os seguros do ramo automóvel.

Os custos com "Energia e fluídos" incluem, fundamentalmente, os gastos incorridos pela Federação com eletricidade e com combustíveis (gasóleo) do equipamento de transporte da Federação.

A rubrica de "Honorários" inclui os custos suportados com alguns colaboradores de apoio às provas e à formação.

16. Gastos com pessoal

Os gastos incorridos na rubrica de "Gastos com pessoal" referentes aos exercícios de 2025 e de 2024 são apresentados no quadro seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	-	-
Pessoal	13 732,00	13 132,00
	<u>13 732,00</u>	<u>13 132,00</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	2 709,00	2 607,06
Seguro de acidentes de trabalho	118,77	35,13
	<u>2 827,77</u>	<u>2 642,19</u>
	<u>16 559,77</u>	<u>15 774,19</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os órgãos sociais não auferiram qualquer remuneração.

A rubrica de "Encargos sobre as remunerações" corresponde às contribuições pagas pela entidade patronal, para o Instituto da Segurança Social, as quais são calculadas sobre o salário do funcionário da Federação.

17. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos, referente aos exercícios de 2025 e de 2024, é apresentado no quadro seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imputação subsídio para investimento	14 891,97	17 758,58
Correções relativas a anos anteriores	952,68	-
	<u>15 844,65</u>	<u>17 758,58</u>

18. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos, referente aos exercícios de 2025 e de 2024, é apresentado no quadro seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gastos de âmbito desportivo	86 535,67	61 732,87
Correções de exercícios anteriores	3 234,48	7 864,61
Impostos e taxas	6 487,90	5 917,89
Quotizações	620,00	680,00
Outros		100,00
	<u>96 878,05</u>	<u>76 295,37</u>

Os gastos incorridos na rubrica de "Gastos no âmbito desportivo" dizem respeito a inscrições em provas, aquisição de troféus, apoio à organização das provas e apoio a atletas para a participação em provas internacionais.

A rubrica de "Impostos e taxas" inclui, entre outros, os encargos suportados no ano com o IVA suportado nas aquisições intracomunitárias, o Imposto Único de Circulação (IUC), as taxas incorridas para a participação nos campeonatos.

19. Responsabilidades contratuais

Em 31 de dezembro de 2025, a FPAS não tem responsabilidades contratuais significativas assumidas, para além das registadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

20. Dívidas em mora ao Estado

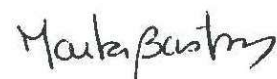
Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado e a Segurança Social.

21. Acontecimentos após data de balanço

Até à presente data, não temos conhecimento de quaisquer outros acontecimentos adicionais que possam afetar as contas agora apresentadas.

A Direção

A Contabilista Certificada



Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	16 744,71	37 942,40
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	6	422,30	422,30
		17 167,01	38 364,70
Ativo corrente:			
Inventários.....			
Fundadores/bem./patrocinadores/doadores/associados/membros.....	7	1 811,04	3 538,93
Diferimentos.....	9	1 751,92	1 586,93
Outros ativos correntes.....	8	4 123,72	8 400,00
Caixa e depósitos bancários.....	4	18 697,71	26 551,12
		26 384,39	40 076,98
Total do Ativo		43 551,40	78 441,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....	10	36 415,24	25 662,46
Resultados transitados.....			
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	7 500,00	22 391,97
		43 915,24	48 054,43
Resultado líquido do período.....		(14 806,09)	10 752,78
Total dos Fundos Patrimoniais		29 109,15	58 807,21
Passivo			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		4 665,06	14 083,14
Estado e outros entes públicos.....	11	2 979,16	1 651,71
Fundadores/bem./patrocinadores/doadores/associados/membros.....	7	10,00	628,51
Diferimentos.....			
Outros passivos correntes.....	12	6 788,03	3 271,11
		14 442,25	19 634,47
Total do passivo		14 442,25	19 634,47
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		43 551,40	78 441,68

O Anexo faz parte integrante do Balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

A Direção

A Contabilista Certificada

Mauro Bastos

Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Montantes expressos em EURO

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		19 424,78		40 150,55	6 237,68	65 813,01
Alterações do período:						
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10	6 237,68		(17 758,58)	(6 237,68)	(17 758,58)
Resultado líquido do período		6 237,68	-		(6 237,68)	(17 758,58)
Resultado integral					10 752,78	10 752,78
Operações com Instituidores no período					4 515,10	10 752,78
Fundos		-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024		25 662,46	-	22 391,97	10 752,78	58 807,21

Montantes expressos em EURO

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025		25 662,46		22 391,97	10 752,78	58 807,21
Alterações do período:						
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10	10 752,78		(14 891,97)	(10 752,78)	(14 891,97)
Resultado líquido do período		10 752,78	-		(10 752,78)	-
Resultado integral					(14 806,09)	(14 806,09)
Operações com Instituidores no período					(25 558,87)	(14 806,09)
Fundos		-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025		36 415,24	-	7 500,00	(14 806,09)	29 109,15

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

A Direção

A Contabilista Certificada

Manuela Bastos

Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	13	59 123,50	119 227,83
Subsídios, doações e legados à exploração.....	14	164 103,00	162 450,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....			
Fornecimentos e serviços externos.....	15	(119 241,73)	(172 479,57)
Gastos com o pessoal.....	16	(16 559,77)	(15 774,08)
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outros rendimentos.....	17	15 844,65	17 758,58
Outros gastos.....	18	(96 878,05)	(76 295,37)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 391,60	34 887,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(21 197,69)	(24 087,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(14 806,09)	10 800,51
Juros e rendimentos similares obtidos.....		-	-
Juros e gastos similares suportados.....			(47,73)
Resultado antes de impostos		(14 806,09)	10 752,78
Imposto sobre o rendimento do período.....		-	-
Resultado líquido do período		(14 806,09)	10 752,78

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

A Direção

A Contabilista Certificada

Manuela Bastos

Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Método Directo)

		Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
	NOTAS	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Associados		59 123,50	116 945,92
Pagamentos a Fornecedores		(135 061,98)	(154 372,54)
Pagamentos ao Pessoal		(16 429,16)	(15 254,00)
Caixa gerada pelas operações		(92 367,64)	(52 680,62)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		84 514,23	75 685,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(7 853,41)	23 005,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis			(11 981,70)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de :			
Investimentos financeiros		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	(11 981,70)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares			(47,73)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(47,73)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(7 853,41)	10 975,90
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	26 551,12	15 575,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	18 697,71	26 551,12

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

A Direção

A Contabilista Certificada

Markus Bunting

Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados.....	13	59 123,50	119 227,83
Custo das vendas e dos serviços prestados.....			
Resultado bruto		59 123,50	119 227,83
Outros rendimentos.....	17	60 037,53	77 796,11
Gastos de distribuição			-
Gastos administrativos		(60 786,69)	(57 961,98)
Gastos de investigação e desenvolvimento			-
Gastos de organização de atividades		(69 945,95)	(120 492,30)
Outros gastos		(3 234,48)	(7 863,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(14 806,09)	10 706,05
Gastos de financiamento.....			47,73
Resultados antes de impostos		(14 806,09)	10 753,78
Imposto sobre o rendimento do período.....		-	-
Resultado líquido do período		(14 806,09)	10 753,78

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

A Direção

A Contabilista Certificada

Mark Bastin



PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

1.

No cumprimento do estipulado nos estatutos e respetivos regulamentos, vem o Conselho Fiscal submeter o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2025.

2.

Acompanhámos com regularidade a atividade da Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas, tendo recebido todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

3.

No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, de acordo com a Lei de bases para o desporto, examinámos as contas da Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, as Demonstrações de Resultados por natureza e funções, Demonstração dos fluxos de caixa e respetivos anexos documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

4.

As contas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que nos termos estatutários, integra o Conselho Fiscal, tendo emitido a respetiva Certificação Legal de Contas, que mereceu o nosso acordo e que deve ser considerado como parte integrante deste Relatório.

5.

Tomámos conhecimento do Relatório da Direção, que espelha as atividades desenvolvidas pela Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas, e da proposta de aplicação de resultados nela contida, a qual respeita as disposições previstas na Lei.

Nestes termos, somos de parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2025.

Lisboa, 20 de Março de 2026

O CONSELHO FISCAL

Presidente:

Augusto

Vogal:

Nuno Mendes

Vogal:

Fúsi Quilón



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 43.551 euros e um total dos fundos patrimoniais de 29.109 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14.806 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.;
- Elaboração do relatório de atividade nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

1/B



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova



de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividade

Dando em cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2026

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546



ATAS

Folha 43

Aos 31 dias do mês de Março do ano 2026, pelas 20 horas e 30 minutos em segunda convocatória, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da FPAS em modelo de videoconferência na plataforma zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação discussão e votação do relatório e contas do ano de 2025
- 2- Outros assuntos

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia deu início à reunião agradecendo a presença de todos os delegados e mais membros dos órgãos sociais, informou os presentes da forma de condução da AG, explicando que o primeiro ponto seria votado em separado, passando de seguida a palavra ao sr. Presidente da Direção para que pudesse apresentar o relatório de atividades da FPAS do ano 2025. O mesmo fez uma descrição desse relatório de forma objetiva e clara.

Após esse momento e não tendo sido colocada qualquer questão, foi colocado o relatório de atividades a votação que foi aprovado por unanimidade dos delegados presentes.

O sr. Presidente da Mesa de Assembleia retornou então a ter a palavra e solicitou à entidade responsável pela contabilidade na pessoa do Dr. Nuno da Fonte, que de forma sucinta abordasse os principais pontos das contas, o que o mesma fez. Após este momento foi dada a oportunidade aos delegados presentes que colocassem questões para esclarecer as suas dúvidas.

Não existindo qualquer questão, foi colocado o relatório de contas a votação e foi aprovado por unanimidade dos delegados presentes.

2 - Outros assuntos: Neste ponto O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia Geral, transmitiu à Assembleia geral que estava aberto um período para introdução de assuntos a serem discutidos, apelo a que todos os presentes não corresponderam, não sendo então assim acrescentado nenhum assunto neste ponto.



ATAS

Folha 44

Nada mais havendo a tratar foi lavrada esta ata que foi lida a todos os delegados presentes, sendo a mesma aprovada por unanimidade e a qual vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Mesa de Assembleia e por mim que a secretariei.

O Presidente da Mesa de Assembleia:

Assinado por: **Ricardo Manuel Ramos José**
Num. de Identificação: 10535564
Data: 2026.04.07 13:30:40 +0100



O Secretário da Mesa de Assembleia:

Assinado por: Bruno Manuel de Jesus Cardoso
Num. de Identificação: B111501947
Data: 07-04-2026 14:09:35 +01:00

